

Ashjan Sadique Adi
Fábio Bacila Sahd
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

DISCURSOS DO MEDO: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO NO CONTEXTO DA QUESTÃO PALESTINA^{*1}

Nina Galvão²

Civilização e colonização

Os termos “civilização” e “cultura” são analisados na obra do sociólogo Norbert Elias não apenas enquanto conceitos específicos, mas como definições que abarcam uma alta carga prescritiva, na medida em que participam da construção social de hábitos, costumes e sentimentos que se enraízam e se reproduzem no tecido social. Como ressalta o sociólogo, “não é das menores características da sociedade ocidental que o lema de seu movimento seja ‘civilização’”³. Sensações que tomamos como absolutamente pessoais e subjetivas, como nojo, repulsa, culpa e vergonha são, para Elias, socialmente construídas, assim com os mais variados laços identitários e de pertencimento nos quais nos embrenhamos, como as identidades nacionais, de classe, de raça etc. O autor constrói sua análise do que chama de “processo civilizador” a partir da constatação de que tais elementos, reproduzidos quase

* DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.273-300

¹ Adoto a nomenclatura cunhada por Edward Said no livro *A questão da Palestina* (2012). Prefiro a expressão a outros termos comumente utilizados para tratar do tema, como o “conflito Israel-Palestina”, a “Guerra Árabe-Israelense” ou “disputa entre judeus e palestinos”, por acreditar que ela não apenas engloba as múltiplas facetas do problema, como evita tomar a questão por uma disputa entre forças iguais ou correlatas.

² Membro da FFIPP Brasil (Rede Educacional para os Direitos Humanos na Palestina e em Israel), é mestra pelo Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades sob orientação da professora Zilda Iokoi, e doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa as dimensões políticas da memória implicadas na questão palestina.

³ ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2 v. p. 258.

automaticamente, estão inconscientemente inscritos nos indivíduos e se relacionam com a manutenção de padrões de segregação antiquíssimos.

Civilização e civilidade aparecem, no ocidente, como signos de superioridade, e Elias examina a gênese desses termos e da sua utilização como forma de legitimação do poder de alguns grupos e da estigmatização de outros no conjunto das sociedades. O “processo civilizador” apresentado pelo autor é inconsciente, ou seja, não é “um produto da ‘ratio’ humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo”⁴ (ELIAS, 1993, p. 193). Mesmo assim, não se pode dizer que seja algo da ordem do aleatório, pois as estruturas sociais movem-se em certo sentido específico, impelidas por suas tensões internas; sentido que também se observa nas transformações que ocorrem nas atitudes psicológicas dos sujeitos, como suas emoções e sentimentos. Ou seja, há mudanças específicas que modelaram a personalidade “civilizada” de que fala Elias, e uma “*direção* em que o comportamento e a constituição afetiva das pessoas mudam”⁵ (ELIAS, 1993, p. 198).

Essa direção influi sobre diversos aspectos dos processos de colonização que se desenvolveram a partir de países ocidentais na idade moderna e contemporânea; processos a que Elias se refere como “disseminação de nossas instituições e padrões de conduta além do Ocidente”. Tal disseminação ocorreu, ainda, de modo que “a partir da sociedade ocidental – *como se ela fosse uma espécie de classe* - padrões de conduta ocidentais ‘civilizados’ hoje estão se disseminando por várias áreas fora do Ocidente”⁶ (ELIAS, 1993, p. 258). Dentro do escopo do pensamento do sociólogo, isso implica reconhecer a colonização como uma relação assimétrica de poder, em que a parte “civilizada” da equação aborda os demais enquanto “classe alta” e interage com ela a partir de parâmetros similares aos traçados por Elias em *Os estabelecidos e os outsiders*.

⁴ *Idem* p.193.

⁵ *Idem*, p. 198.

⁶ *Idem*, p. 212.

Assim, o avanço do processo civilizador constitui, no caso do colonialismo europeu, um “importante instrumento da predominância das classes superiores” servindo como “marcas de distinção e prestígio”. Não há processo de colonização que não parta do pressuposto discursivo de que a população nativa do território que se pretende ocupar, anexar ou explorar é incivilizada, devendo ser neutralizada ou trazida à baía da civilização a fim de abandonar seus costumes e práticas bárbaras. Veremos como tal discurso adquire contornos específicos no contexto colonial abordado neste capítulo; qual seja, aquele que estabeleceu o enquadramento da chamada “questão palestina”⁷.

A “civilização” é a característica que confere “distinção e superioridade” aos ocidentais diante de seus próprios olhos, e tais ideais sobre si mesmos produziram efeitos nos movimentos colonizadores que mobilizaram uma enorme carga de violência, tanto física quanto simbólica, sobre os povos nativos dos territórios conquistados. Os colonizadores ocidentais “construíram, através de instituições e mediante uma estrita regulação de seu próprio comportamento, um muro entre eles e os grupos que colonizaram e consideravam inferiores” (ELIAS, 1993, p. 213)⁸. Este muro, erguido também sobre formas simbólicas e discursivas, foi fundamental para que mantivessem sua posição de poder no interior dessas novas configurações sociais.

A oposição entre as noções de “civilização” e “barbárie” é, segundo o autor palestino Edward Said, um dos principais polos discursivos a sustentar o que o autor define como *orientalismo*⁹: a construção de determinadas imagens do que constituiria o “oriente”, a partir de noções e parâmetros exclusivamente ocidentais. Para Said, uma das principais vertentes desta construção, e a que mais contribuiu para o

⁷Fica claro, portanto, que compreendo a Questão Palestina como tributária de um processo de colonização desenvolvido pelo movimento sionista no território desde o final do século XIX. Para uma fundamentação ampla desta abordagem, ver: PAPPÉ, Ilan (2006). *The ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld.

⁸ ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2 v. p. 213.

⁹ SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

esforço legitimador dos projetos coloniais ocidentais no Oriente Médio e na Ásia, foi o estabelecimento de uma oposição entre povos orientais de modo geral incivilizados, violentos, irracionais e pouco afeitos à liberdade e Estados ocidentais portadores dos mais altos valores legados pela civilização, como a democracia e certa concepção de liberdade.

O movimento colonizador da Palestina, qual seja, o sionismo, não constitui uma exceção a este quadro geral, comungando como os demais da mesma “epistemologia moral do imperialismo” que “tornava mais elegante e atrativa a imagem de um punhado de judeus europeus construindo uma civilização de luz e suavidade no mar negro islâmico” (SAID, 2012, p. 29)¹⁰. Ou seja, “entre o sionismo e o ocidente havia e há uma comunhão de linguagem e ideologia”, que permitiu ao movimento pela determinação nacional do povo judeu “tirar proveito dessa representação coletiva dos árabes e do islamismo” (SAID, 2012, p. 30)¹¹.

Tal inclinação ganhou contornos a partir da realidade política em jogo no momento da consolidação do projeto sionista no território palestino e de uma confluência de fatores e linhas de força específicos que tiveram, por sua vez, uma gama de consequências igualmente complexas e muitas vezes imprevistas. Não apenas boa parte dos idealizadores do movimento sionista vinham da Europa ocidental e estavam já embebidos nos seus valores, como eram as potências ocidentais as que mais ofereciam condições de contribuir para a consolidação do projeto colonial sionista na Palestina. Assim, não surpreende que, imerso no jogo internacional de forças entre os países, o movimento sionista tenha buscado marcar seu pertencimento no rol das nações ocidentais e “civilizadas”.

¹⁰ SAID, E. **A questão da Palestina**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 29.

¹¹ SAID, E. **A questão da Palestina**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 30.

Tal identificação tem como contrapartida a adoção em Israel das imagens construídas pelo orientalismo de uma irracionalidade e violência aparentemente inerentes a determinadas culturas. Imagem que possui uma força particularmente grande, e consequências proporcionalmente nefastas, na apreciação ocidental acerca dos conflitos que assolam o Oriente Médio e, particularmente, na Questão Palestina. A região é constantemente apresentada como palco de conflitos tão incompreensíveis quanto as motivações por trás das ações de suas populações, sempre associadas a modos “primitivos” e/ou “ultrapassados” de vida. Não raro, tais conflitos geopolíticos, que emanam diretamente da complexa rede global de interdependência entre os Estados, são representados no ocidente como um produto quase cultural, derivado da dificuldade intrínseca dos povos da região em resolver suas desavenças “milenarios” de modos não violentos.

Começamos a perceber, portanto, que várias camadas de discursos excludentes e estigmatizantes se entrelaçam na Questão Palestina e tornam difícil sua abordagem. A representação do Oriente Médio, e dos povos árabes em geral, a partir de imagens de “irracionalidade” e “violência”, amplamente difundida no ocidente, ganha aqui contornos precisos, ao ser replicada em Israel em conexão com outras camadas discursivas particulares ao conflito. Mais especificamente, pode-se destacar o modo como a visão agressiva dos árabes e dos palestinos em particular se coadunam, no consciente e no inconsciente da população judaica de Israel, a uma mobilização constante do *medo* no tecido social.

O medo como afeto social

Ao falar do medo como afeto social, é preciso ter cuidado para não confundi-lo como um simples sentimento, presente em um ou outro indivíduo. Elias olha para afetos que podem ser tomados como uma disposição natural como historicamente constituídos, percebendo

que mudanças no comportamento e nos sentimentos de uma sociedade estão intrinsecamente ligadas às “transformações na estrutura dos medos construídos a que eles estão ligados” (ELIAS, 1993, p. 269)¹².

As pessoas aprendem, consciente e inconscientemente, a ter medo, e esse medo as impulsiona a agir desta ou daquela maneira. A estrutura dos medos de um sujeito pode ser lida, portanto, como a contrapartida psicológica de certa estrutura social, e vice-versa: “os medos formam um dos canais - e dos mais importantes - através dos quais a estrutura da sociedade é transmitida às funções psicológicas individuais” (ELIAS, 1993, p. 269)¹³.

Também o filósofo brasileiro Vladimir Safatle, na obra *O Circuito dos Afetos*¹⁴ se propõe a analisar, a partir de conceitos oriundos da psicanálise, aquilo que permanece majoritariamente oculto - porque inconsciente - no espaço da aparência da esfera pública, mas que não deixa de conformá-la e de determinar o modo como os homens se relacionam uns com os outros no seu interior. Nessa perspectiva, os afetos mobilizados politicamente mediam a relação dos homens com aqueles objetos que, vindos do mundo exterior, os afetam, positiva ou negativamente, consciente ou inconscientemente. Assim, os afetos mobilizados socialmente mediam a relação dos sujeitos uns com os outros e com o mundo; não existe “Eu” dissociado do social na medida em que os afetos circulam socialmente e moldam a subjetividade do indivíduo.

Para Safatle, “as sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuitos de afetos”, sistemas que “dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras” (SAFATLE, 2015, p. 17)¹⁵. Isso não quer dizer que em uma dada sociedade todos sentem da mesma maneira, mas que toda organização social e política não pode

¹² ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 2 v. p. 269.

¹³ *Idem*.

¹⁴ SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

¹⁵ *Idem*, p.17.

prescindir, para se manter coesa, de um regime de circulação de afetos partilhados por seus membros que confere coerência a um conjunto de corpos reunidos. O modo como estes afetos circulam entre os membros do grupo e são mobilizados politicamente vai dizer muito de como seus membros se relacionam uns com os outros e com o mundo que habitam. Portanto,

[...] formas de vida determinadas se fundamentam em afetos específicos, ou seja, elas precisam de tais afetos para continuar a se repetir, a impor seus modos de ordenamento definindo, com isso, o campo dos possíveis. Há uma adesão social construída através das afecções. (SAFATLE, 2015, p. 17).

É essa adesão produzida por um regime de afecções específico que configura os modos de interação entre os sujeitos no interior da sociedade, mais até do que qualquer norma explicitamente enunciada. Os afetos que circulam configuram certas normatividades intersubjetivamente partilhadas das quais muitas vezes nem nos damos conta. Safatle, como Elias, propõe uma reflexão não sobre a força coercitiva de mecanismos de repressão explícitos, como o monopólio das forças de violência pelo Estado, mas sobre as colas sociais menos visíveis que agem sobre nós e fazem todos se comportarem de determinadas maneiras e se manter coesos no corpo social. Lembra que “as normatividades sociais funcionam a partir de uma dinâmica de conflitos entre normas explícitas e implícitas, entre normas que são claramente enunciadas e aquelas que agem em silêncio, precisando continuar implícitas para funcionar”¹⁶ (SAFATLE, 2015, p. 16). Pensar a dimensão afetiva da política é, portanto, considerar as fantasias que emergem uma e outra vez no interior das sociedades e das representações que elaboram sobre si.

Safatle desdobra o raciocínio através da constatação de que o afeto primordialmente mobilizado nas sociedades contemporâneas,

¹⁶ SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 16.

nas quais impera a noção de indivíduos que temem a violação de seus direitos e propriedades privados, é o medo. Nesse contexto,

[...] compreender sociedades como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma. Pois, se, de todas as paixões, a que sustenta mais eficazmente o respeito às leis é o medo, então deveríamos começar por nos perguntar como ele é produzido, como ele é continuamente mobilizado. (SAFATLE 2015, p. 19).

O medo como afeto político central, alerta Safatle, é extremamente perigoso por fundamentar tanto respostas violentas à alteridade quanto a imobilização daqueles que estão apavorados demais para agir. Se essas considerações são relevantes para pensarmos as organizações sociais contemporâneas em geral, revelam-se particularmente cruciais ao olharmos para a Questão Palestina e para uma sociedade como a israelense: um corpo social tão distintamente marcado pelo medo constante, cotidiano e naturalizado ao ponto de milhões de pessoas conviverem sem maiores sobressaltos com o dado de que *todos* os seus filhos e filhas precisarão integrar as forças armadas de um país por dois ou três anos¹⁷.

Se para Safatle a predominância do medo como afeto político nas sociedades contemporâneas possui relação direta com a sua profunda atomização e individualização, Norbert Elias irá localizá-lo no temor dos grupos dominantes (ou estabelecidos) de perder sua posição de poder e os privilégios que ela lhes confere em dada configuração social. A partir das análises de ambos, argumento que no caso israelense a configuração dos medos que operam na sociedade parece ser mais consciente do que o habitual, devido a uma série de fatores

¹⁷ Toda a população judaica de Israel, com exceção da comunidade ortodoxa, deve servir nas Forças de Defesa Israelense por dois (no caso das mulheres) ou três (no caso dos homens) anos. A população palestina (cerca de 20% dos cidadãos do país) é excluída dessa obrigatoriedade, mas não os drusos, grupo étnico minoritário que vive em sua maioria no norte do território.

que se entrelaçaram para tornar *essa* sociedade particularmente suscetível e construída em torno deste afeto específico.

Na Questão Palestina, vê-se de maneira particularmente explícita o modo como o medo opera no sentido de legitimar e reiterar processos de exclusão e formas de violência extremas. E, no entanto, é preciso ter em mente que a “imagem de Nós” israelense não se construiu sobre este afeto específico de maneira randômica ou aleatória.

Há um componente histórico-factual que é preciso reconhecer ao considerarmos a questão e que possui ainda hoje uma força retórica muito significativa; qual seja, o medo, absolutamente legítimo, das populações judaicas após a Segunda Guerra Mundial e a tragédia do Holocausto. Hannah Arendt, em *As origens do totalitarismo*, afirma que os acontecimentos na Europa na primeira metade do século XX, que culminaram com o extermínio da maior parte dos judeus do continente, cristalizaram a percepção por todas as chamadas “minorias” (e principalmente os judeus) de que a fundação de Estados Nacionais nos quais essas populações constituíssem a maioria étnica era a única maneira efetiva de conquistarem plenos direitos (civis, políticos e sociais) e uma garantia institucional de proteção contra a ameaça de aniquilação. Caberia mencionar, ao lado das propostas nacionalistas, também as saídas assimilacionistas e internacionalistas que, inclusive, foram muito influentes entre as populações judaicas.

É com isso em vista que Edward Said ressalta, em *A questão da Palestina*, que é preciso reconhecer o significado do projeto sionista para os judeus sobreviventes e profundamente traumatizados após o Holocausto. No entanto, como ressalta o autor no mesmo texto, é igualmente importante reconhecer o significado desse mesmo projeto para as suas vítimas, qual seja, a população palestina que, como coloca Arendt, teve seu “território colonizado e depois conquistado”, e a maior parte da sua população expulsa, “acrescentando assim cerca de 700

mil a 800 mil pessoas ao número dos que não têm Estado nem direitos”¹⁸ (ARENDDT, 2012, p. 394).

A tragédia do Holocausto confere, portanto, certa legitimidade moral ao medo que opera na sociedade israelense. No entanto, a sua instrumentalização por parte do discurso oficial do Estado opera no sentido de sustentar violências e opressões absolutamente ilegítimas. Aquela experiência traumática é, portanto, o que justifica, às vezes silenciosamente, as práticas segregacionistas do Estado de Israel contra aqueles que não compõem o grupo abarcado por essa identificação pautada pelo medo onipresente. É uma coisa muito poderosa ser uma vítima, tanto aos olhos dos outros quanto aos seus próprios. A partir dessa identificação, todas as medidas que necessitem ser tomadas para mitigar essa perseguição - anunciada como um dado quase imemorial - que assola o povo judeu aparecem sob uma luz muito mais amena.

Dessa forma, o discurso do medo, consciente e inconsciente, cumpre a “função de defesa da distribuição desigual de poder” (a manutenção do “caráter judeu” do Estado de Israel é anunciada como *necessária*), em uma dupla “função exculpatória”¹⁹ (ELIAS; SCOTSON, 1993, p. 36) de um grupo dominante cuja “imagem de Nós” está centrada na sua condição de vítimas.

Por um lado, tal condição age como uma justificativa interna permanente, dos sujeitos diante de si mesmos, uma dimensão crucial em um país onde é preciso que todos os membros do grupo estabelecido se disponham a servir o exército e se sujeitar às normas e práticas que essa instituição muitas vezes pressupõe. Vale dizer, é necessário que haja uma população plenamente convencida da sua vulnerabilidade e da necessidade da sua extrema militarização para que tal sistema possa continuar existindo e vice-versa. Afinal, como ficaria essa autoimagem calcada no medo e no perigo (acompanhados da constante ne-

¹⁸ ARENDDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 394.

¹⁹ ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 36.

cessidade de autodefesa), se o exército de Israel deixasse de englobar a maior parte da comunidade judaica do país?

O exército, sintomaticamente chamado de “Forças de *Defesa* Israelenses”, é tão fundamental enquanto mantenedor dessa “imagem de Nós”, este conjunto de convicções e sentimentos coletivos que de alguma forma movem o país, quanto uma instituição para a efetiva proteção e defesa do território. Observa-se, inclusive, uma clara discrepância entre o perigo concreto oferecido pelos “inimigos” do Estado de Israel e a força e o poderio militar mobilizados para neutralizá-los; por exemplo, nos bombardeios periódicos à Faixa de Gaza, nas demolições de casas na Cisjordânia ou nas guerras do Líbano²⁰.

A mobilização da condição de vítimas, por outro lado, funciona também como justificativa externa, qual seja, aos olhos da comunidade internacional, dos países que circundam Israel e, principalmente, daqueles que identifica como pertencentes à mesma tradição político-filosófica: os países ocidentais, “liberais” e “democráticos”. Já abordei o modo como a narrativa de pertencimento a essa coletividade ocidental, bem como a todos os valores que supõe representar, foi e é importante para Israel. No que tange à manutenção do *status quo* na Palestina, é fundamental na medida em que constrange muitos desses países, em particular europeus, que têm receio de confrontar Israel sobre o que quer que seja, devido à história de antissemitismo do continente e tudo o que ela engendrou.

É a mobilização dessa “imagem de Nós” e o cuidado que ela inspira nos outros países que também permite a Israel manter certas

²⁰ Cabe ressaltar que, ainda que hegemônico, o discurso que fundamenta as práticas do Exército israelense não está de modo algum imune a críticas, inclusive internas - há uma parcela significativa da população judaica do Estado que percebe a discrepância que mencionei. Nesse sentido, destaco a organização *Breaking the Silence*, de combatentes veteranos que serviram nas Forças de Defesa Israelenses desde a Segunda Intifada e se dedicam a expor ao público israelense a realidade das operações nos Territórios Ocupados. De acordo com o site da organização, seu objetivo é “estimular o debate público a respeito do preço pago por uma realidade na qual jovens soldados controlam diariamente uma população civil”, bem como “acabar com a ocupação”. Fonte: <www.breakingthesilence.org.il>

palavras e conceitos afastados do debate da Questão Palestina no cenário internacional, pautando unilateralmente os termos da discussão. Assim, falar em “apartheid”, “genocídio” ou “limpeza étnica” na Palestina não é apenas, segundo o discurso israelense, uma imprecisão conceitual, mas um ataque direto e deliberado que constitui uma forma mal disfarçada de antissemitismo. Não é por acaso, aliás, que nas últimas décadas tem se disseminado com força crescente a ideia de que o antissionismo nada mais é do que a forma mais atualizada de antissemitismo²¹. Ou seja, configura-se um campo discursivo no qual a crítica a práticas estatais racistas e opressoras passa a ser vista, ela própria, como manifestação racista. O tanto que tal inversão semântica tem ganhado força é sinalizado, por exemplo, pela recente fala do premiê israelense Benjamin Netanyahu em que o mandatário afirmou que a retirada dos assentamentos israelenses ilegais da Cisjordânia configuraria uma “limpeza étnica”.

Para além disso, uma vez que os cidadãos judeus de Israel gozam de uma série de direitos especiais institucionalizados inclusive no corpo da lei²², é fácil perceber que o medo que opera no tecido social adquire claramente os contornos de que fala Elias em *Os estabelecidos e os outsiders*, qual seja, o medo de um setor dominante de perder seus privilégios e seu caráter distintivo em relação aos demais grupos que compõe a sociedade. O medo e a insegurança que imperam no tecido social israelense vai muito além, portanto, do declarado medo de que os judeus sejam “jogados ao mar” em um novo esforço de extermínio, passando também por uma importante inscrição inconsciente que po-

²¹ Ver, por exemplo, a coluna “Anti-sionismo disfarça novo anti-semitismo” de autoria Nelson Ascher, publicada no jornal Folha de São Paulo em 26 de outubro de 2003.

²² De acordo com o banco de dados organizado pela Adalah (“Legal Center for Arab Minority Rights in Israel”), existem mais de cinquenta leis israelenses promulgadas desde 1948 que discriminam direta ou indiretamente os cidadãos palestinos de Israel em todas as áreas da vida, incluindo seus direitos à participação política, acesso à terra, educação, recursos orçamentários do Estado e procedimentos criminais. Fonte: www.adalah.org

tencializa o discurso oficial do Estado e o sentimento consciente da população judaica de Israel.

Judeus e não judeus; estabelecidos e *outsiders* em Israel.

Em *Os estabelecidos e os outsiders*, Elias analisa um sintoma recorrente do processo civilizador: a conformação, a partir dos diferenciais de poder entre os grupos de uma determinada sociedade, de um tipo de relação marcada pela necessidade do setor mais poderoso (“estabelecido”) de proteger sua posição social através da diferenciação e exclusão dos grupos desfavorecidos (“*outsiders*”). Sempre que se fala de um diferencial de poder expressivo no interior de uma dada configuração social, portanto, é possível falar de relações *estabelecidos-outsiders* que, ainda que apresentem certas particularidades a depender do caso, compartilham certa estrutura comum.

Elias estuda a “sociodinâmica da estigmatização” a partir da constatação de que “a tendência de um grupo a estigmatizar outro desempenha um papel importante nas relações entre grupos diferentes no mundo inteiro”²³ (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22). Trata-se de uma mecânica “complexa” que envolve o “papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membro desse grupo”²⁴ (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 25-26). O autor utiliza o conceito de “imagem de Nós”, central nesta obra como em *Os alemães*, para analisar o modo como os indivíduos enxergam seus laços de pertencimento na sociedade e formam, a partir deles, um certo índice de certeza sobre a sua própria pertinência e seu lugar no mundo.

É esta pertinência que os indivíduos lutam, no contexto das disputas sociais por poder, para preservar, pois estar fora ou ser aliado de um certo grupo pode ser uma experiência psiquicamente perturba-

²³ ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 22.

²⁴ *Idem*, p. 25-26.

dora, que lança os indivíduos em um profundo sofrimento. Assim, o problema migra definitivamente, na perspectiva eliasiana, da chave indivíduo/sociedade para a chave *Eu/Nós*, e pode nos oferecer elementos importantes para avaliarmos alguns marcos que permeiam a Questão Palestina.

No entanto, ao pensar as relações que se estabelecem em Israel entre grupos judeus e não judeus a partir das categorias de “estabelecidos” e “*outsiders*” formuladas por Norbert Elias, é preciso tomar alguns cuidados e fazer, no mínimo, duas ressalvas importantes.

Em primeiro lugar, ainda que o “Nós ideal” dos grupos tenha sempre um caráter de fantasia, e remeta a algum componente imaginário - no caso, falamos da importância do medo para a configuração da “imagem de Nós” judaica em Israel - isso não significa que a posição de vítimas dos judeus israelenses seja um produto da “imaginação”, ou que os judeus não tenham sido vítimas de séculos de perseguição no continente europeu que culminaram com a catástrofe do Holocausto. Não se trata aqui, como já alertei, de questionar o componente histórico-factual da conformação dessa “imagem” ou “ideal” de Nós, mas de tomar a palavra “fantasia” no sentido psicanalítico do termo, como a utiliza Elias. Ou seja, analisar o tratamento imaginativo e carregado de alguns afetos específicos que é dado a estas realidades históricas incontestáveis.

Cabe ressaltar, portanto, que a condição de vítima é *circunstancial*, qual seja, não pode nem deve ser cristalizada na forma de uma identidade intrínseca a determinado grupo, destacada de qualquer contexto histórico, e passível de ser utilizada como justificativa para qualquer coisa que busque mitigar essa injustiça - anunciada como um elemento constitutivo do *ethos* judeu. Vale dizer, é absolutamente possível (e, neste caso, suficientemente claro), que aqueles que foram vítimas de determinado processo histórico possam, em outras circunstâncias, fazer novas vítimas.

A segunda ressalva diz respeito ao fato de que, obviamente, a parcela judaica do Estado de Israel não constitui um grupo homogêneo perfeitamente harmônico, e seria possível também olhar para relações estabelecidos/*outsiders* que se cristalizam no interior desse grupo dominante, como as diferenças significativas entre grupos judeus de origem ibérica, centro-europeia, árabe, russa etc. No entanto, opto aqui por abordar a relação mais ampla entre a população judaica e não judaica (mais especificamente, palestina), por considerar que em um Estado que distingue *legalmente*, a partir de marcos étnicos e religiosos, entre os grupos que o compõe, as disparidades de poder saltam de tal forma aos olhos que oferecem uma visão privilegiada do que Elias vai chamar de “relações estabelecidos-*outsiders*”.

Um aspecto fundamental desse tipo de relação é a produção de identidades coletivas capazes de conferir vantagens a determinados grupos na disputa pelo poder no interior das sociedades. Elias contrapõe a ideia de uma identidade ou imagem do “eu” a uma identidade/imagem do “Nós”, muito mais determinante na medida em que as identidades do indivíduo só se constituem a partir das identidades grupais nas quais está inserido, dos vínculos e laços aos quais se associa o sujeito. Tal “imagem do nós” está ligada à ideia, também explorada em *Os alemães*, de um poderoso “ideal de nós” que corresponderia, no plano social, ao “ideal de Eu” que a psicanálise aborda no sujeito. Na abordagem elisiana, somente se pode falar de um “eu” dentro de um determinado grupo, e a partir das relações que os grupos estabelecem entre si.

O “ideal de nós”, enquanto autorrepresentação que articula certos elementos da realidade bem como fantasias coletivas poderosas, baliza o “ideal de Eu” dos sujeitos; na medida em que o “ideal de Nós” ganha certa dimensão de poder, o “eu” também é inflado, pois seu processo de formação acompanha o processo de formação do “nós”. Assim, processam-se efeitos na economia psíquica dos sujeitos a partir dos desenvolvimentos sociais. Na medida em que um indivíduo esta-

belece laços de pertencimento com um grupo socialmente poderoso, sua própria noção de si mesmo adquirirá contornos mais favoráveis. Por isso, as diferenciações das várias categorias e hierarquias sociais não se dão necessariamente a partir da busca ativa e consciente por mais poder, prestígio ou vantagens econômicas, e sim, do esforço para não perder esse poderoso laço identitário que confere ao indivíduo uma posição privilegiada no conjunto da sociedade.

A questão fundamental a se perceber na dinâmica das relações entre estabelecidos e *outsiders* é, portanto, “saber como e por que os indivíduos se percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer ‘nós’, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles”²⁵ (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37-38).

Tentarei, a partir dessa problemática, aproximar alguns dos elementos apresentados por Elias como característicos das relações entre estabelecidos/*outsiders* ao contexto palestino-israelense.

Um destes elementos é a tendência dos grupos dominantes a produzir uma imagem homogeneizada e largamente pejorativa do(s) grupo(s) que consideram inferiores. Este ponto se aplica duplamente à Questão Palestina, tanto no nível do discurso mais amplo que o “ocidente” costuma formular a respeito do “oriente” e seus habitantes, quanto da visão dominante em Israel sobre os grupos “árabes” presentes no Estado e para além de suas fronteiras.

Quanto ao primeiro nível, basta retomarmos o que já abordamos a respeito do *orientalismo* de que fala Edward Said e da sua configuração específica no que tange às representações ocidentais do Oriente Médio e dos “árabes” de um modo geral. Quanto ao segundo, reafirmamos que acompanha e reverbera em nível local as tendências do primeiro (em harmonia com a inclinação israelense para se alinhar

²⁵ ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 37-38.

com os marcos ideológicos e discursivos mais amplos do ocidente), negando a este grupo não-judeu do Estado de Israel sequer uma nomenclatura ou definição menos genérica do que “árabes”²⁶ e representando-os a partir do vocabulário pejorativo fornecido por aquele discurso mais amplo a respeito do oriente. Assim, os palestinos parecem comungar, sob certa visão israelense, de uma “incivilidade” característica, tal qual os “árabes” de modo geral na visão ocidental.

Elias ressalta que “a estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido” que “reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão que seus membros sentem perante os que compõem o grupo *outsider*”²⁷ (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35). Assim, a fantasia coletiva do grupo judeu dentro de Israel passa pela crença no seu próprio caráter “civilizado”, “liberal” e “democrático” e na sua existência constantemente ameaçada, o que por sua vez justifica o medo constante e a aversão aos palestinos e aos árabes de modo geral.

Elias aponta também que “[...] o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’- de sua minoria anômica”²⁸ (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22). Tal aspecto se revela particularmente presente no contexto que abordamos aqui ao considerarmos o tratamento dispensado em Israel, por exemplo, aos judeus moradores de assentamentos construídos ilegalmente em território palestino que praticam atos particularmente notórios de violência. Vale dizer, admite-se a existência de “radicais” e mesmo de “terroristas” entre seus cidadãos, mas sempre tratados como a mais ínfima minoria, mesmo dentre a população dos colo-

²⁶ A identidade palestina não é de forma alguma reconhecida em Israel, sendo omitida inclusive nos documentos dessa parcela da população, que trazem apenas a designação “árabe”.

²⁷ ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 35.

²⁸ *Idem*, p. 22.

nos²⁹, enquanto estas características compõe a imagem mais amplamente difundida a respeito dos palestinos.

Mais do que isso, Israel mobiliza como espécie de prova do seu caráter democrático o fato de que também utiliza o termo “terrorismo” para designar alguns de seus “piores” cidadãos judeus. Assim, voltando à questão fundamental da conformação de certo “ideal de Nós”, tal concessão ajuda a reafirmar a imagem que os indivíduos do grupo dominante fazem de si e do grupo a que pertencem, a despeito do fato de que *todo* palestino descumpridor de alguma norma é considerado, via de regra, um terrorista.

Outro aspecto significativo das relações estabelecidos/*outsiders* é a ideia de que “os diferenciais do grau de coesão interna [...] podem desempenhar um papel decisivo na relação de forças entre um grupo e outro”³⁰ (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 35). Segundo Elias, a *coesão* interna do grupo dominante é uma das suas armas mais eficazes na disputa pelas fontes de poder na sociedade, cujo acesso permanece vedado aos *outsiders*. Estes, se quiserem “cerrar fileiras” e “revidar” ao processo de estigmatização que sofrem, precisam desenvolver também certo grau de coesão interna entre seus membros.

Tal perspectiva ilumina os esforços israelenses para separar e dividir as comunidades palestinas, minando sua coesão interna. Os esforços de resistência palestina são dessa forma estruturalmente prejudicados pela desagregação da comunidade e pela conformação de uma identidade (uma *imagem de Nós*) forjada largamente enquanto *reação* e a partir da opressão israelense, nos termos ditados por essa opressão, ou seja, pelo grupo estabelecido.

²⁹ Mesmo a respeito dos colonos que ocupam ilegalmente as terras palestinas na Cisjordânia parece subsistir na sociedade israelense uma opinião predominantemente benévola, ligada ao imaginário do “colonizador civilizador”. Sobre este ponto, ver ZERTAL, I.; ELDAR, A. **Lords Of The Land: The War Over Israel’s Settlements in the Occupied Territories, 1967-2007**. New York: Nation Books, 2009.

³⁰ ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 35.

Imagem e Ideal de Nós: realidade e fantasia na formação das identidades

Norbert Elias propõe uma investigação holística do campo social, na medida em que o aborda na sua totalidade e procura desvendar suas estruturas básicas, que conferem direção e marcas específicas aos seus processos. Acessa assim, certas regularidades subjacentes que permeiam e formam o nexu estrutural das interdependências do campo social. Nessa perspectiva, nenhum fenômeno pode ser explicado isoladamente, pois há uma teia, uma complexa “influência de processos entrelaçados”, composta por forças conscientes e inconscientes que compõem o tecido social e que precisamos desemaranhar para compreendê-lo.

Elias não trata o desenvolvimento da chamada “civilização” como um processo edificante, a ser celebrado por suas conquistas, mas como uma operação nascida das lutas por poder no interior das sociedades e que deixa certos *restos*. Trata-se de um mecanismo muito complexo que engloba todas as esferas da existência social e que produz formas estruturais de exclusão e violência.

Ao adotar a visão de Elias das instituições e formações sociais como depositárias das frustrações e destes “restos” inconscientes do processo civilizador, é possível compreender melhor a lacuna observada com tanta frequência entre o discurso dos indivíduos, o que enunciam conscientemente como desejos, crenças e aspirações, e a estrutura da realidade em que se inserem.

Observa-se tal disparidade, por exemplo, na relação da “esquerda sionista” israelense, com toda a sua retórica “pacifista”, com a Questão Palestina de modo geral. Estes setores da política israelense tendem a se contentar com a condenação expressa da ocupação militar de Gaza e da Cisjordânia e da construção de assentamentos nesses territórios. No entanto, ignoram a profundidade histórica da Questão Palestina, muito anterior ao ano de 1967 (quando começou a ocupação),

bem como o fato de que é a própria ocupação que sustenta seus privilégios dentro do Estado. Da mesma maneira, ignoram o problema do Direito de Retorno dos refugiados palestinos (que ameaçaria diretamente a manutenção desses privilégios) e a reivindicação por igualdade de direitos dos palestinos de 1948, cidadãos de segunda classe dentro do Estado de Israel, ao mesmo tempo em que “liberam” suas consciências para reafirmar seu alinhamento com posições supostamente “progressistas” e “democráticas”.

Essa contradição aparentemente tão explícita não diz respeito a cinismo ou hipocrisia, mas um recalque inconsciente, que dissocia os sujeitos de seus próprios sintomas (nesse caso, sintomas *sociais*), lançando aquilo que é seu para longe, desresponsabilizando-os e desobrigando-os de se haver com tal incongruência.

Essa compreensão oferece mais um elemento ao considerar a função da instituição do exército na sociedade israelense. Todo o discurso que cerca as FDI (“Forças de Defesa Israelense”), a narrativa na qual está embebida e em cuja manutenção desempenha um papel central, bem como o acordo tácito de não se discutir publicamente suas práticas e os seus efeitos sobre aqueles que dela participam são sintomas desse esforço de alheamento de certos afetos com os quais ninguém quer entrar em contato.

Tal disparidade entre discurso e realidade expressa a maneira como, de acordo com o pensamento de Elias, as práticas sociais e instituições operacionalizam e garantem o escoamento e a reprodução daqueles conteúdos coletivamente recalcados que os membros do grupo dominante não estão dispostos a admitir abertamente, para os outros ou para si mesmos.

É preciso ter em mente este aspecto fundamental da Questão Palestina, que Elias ajuda a enxergar com mais clareza e nuance; qual seja, o fato de que a sociedade israelense, ou ao menos a sua parcela ativamente beneficiada pelo processo de colonização e segregação em

curso, não é “cínica” ou “hipócrita” em seus discursos; ela de fato *não se enxerga* como um poder colonial ocupante e violento.

O “ideal” e a “imagem” de Nós partilhado por essa comunidade, constituído em torno de um sentido absolutamente oposto a essas características, é profundamente enraizado no tecido social israelense, mobilizando afetos poderosos como o medo e a insegurança. A população judaica de Israel cerra fileiras com uma determinação impressionante no esforço de defesa da sua autoimagem de maiores vítimas da História, de tal maneira que apresentar o Estado como agressor ou violento representa uma ameaça de desagregação da autoimagem individual dos sujeitos que compõem essa sociedade.

Ao pensar, ao longo de toda sua obra, o processo de formação dos indivíduos imbricado aos processos de formação social, Elias enxerga uma correspondência fundamental entre a estrutura da sociedade e a estrutura psíquica dos indivíduos que nela estão inseridos. É a estrutura de uma dada sociedade, o modo como as pessoas estão ali conectadas umas às outras, em relações de interdependência e poder, que dará a chave para a compreensão dos seus comportamentos, assim como dos seus sentimentos e ideias.

É da compreensão de que muito daquilo que determina a vida dos indivíduos escapa à sua percepção consciente que Elias extraiu a necessidade de “reconhecer que as experiências afetivas e as fantasias dos indivíduos não são arbitrárias - que têm uma estrutura e dinâmica próprias”, e encontrou na psicanálise “um arcabouço teórico” útil para analisar “as observações sobre as fantasias coletivas relacionadas com o desenvolvimento dos grupos”. Tais fantasias, como já abordei, desempenham um papel fundamental na constituição da “imagem de Nós” e do “ideal de Nós” de certos grupos “estabelecidos”.

Ainda que pensados sempre como “obra do homem”, os afetos que permeiam as relações sociais permanecem sempre conectados de algum modo às experiências concretas dos indivíduos, que confirmam e ameaçam as fantasias partilhadas pelos grupos a que pertencem. No

contexto examinado aqui, tem-se um exemplo bastante concreto de como a imagem e o ideal do Nós são sempre “um compósito de fantasias emotivas e imagens realistas”³¹ (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 42) que moldam as autoimagens dos membros individuais de determinado grupo e direcionam as suas ações.

Um judeu israelense, partilhando da sensação comum a todo seu grupo de estar constantemente ameaçado, irá com toda probabilidade, no curso de seu serviço militar (que ele crê ser essencial para garantir a sua segurança perpetuamente ameaçada) e mesmo fora dele, se deparar com uma série de situações concretas nas quais de fato verá a sua vida ameaçada; e mais, ameaçada por palestinos. Que estas situações se desenrolem em um contexto de resistência por parte de uma população historicamente oprimida na região e que age em busca de certos direitos básicos, pouco importará para a sua apreciação do fato. Consciente ou inconscientemente, esta experiência será provavelmente introjetada como uma confirmação daquele sentimento de medo e ameaça, bem como da necessidade de cumprir o seu papel no seio de um Estado altamente militarizado devido a questões de segurança e a uma necessidade ímpar de se defender.

Considerações finais: o Exército como instituição paradigmática do Ideal de Nós judaico-israelense

É pela possibilidade de articulação entre as esferas “individual” e “coletiva” que Elias se apoia tão enfaticamente no aparato conceitual da psicanálise. No pensamento do sociólogo, o sujeito nunca é autônomo em si mesmo, está sempre em relação com os outros a partir de certas condições histórico-sociais que lhe são dadas. Vale dizer, os sujeitos nascem em uma rede de interdependências e identificações que é anterior a eles, e ocupam lugares nessa rede que não foram determina-

³¹ ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 42.

dos por eles. O sujeito se relaciona com o outro a partir de um lugar e de um modo de ser nos quais está inscrito, e não cabe a ele a escolha de ocupar qualquer lugar ou exercer qualquer função.

Nessa perspectiva, Elias pensa os laços que os indivíduos estabelecem entre si e na conformação da sua própria subjetividade em grande medida a partir da ideia psicanalítica de identificação. Conforme elaborado por Freud em “O Eu e o Isso”, na instância psíquica do *eu* articula-se um complexo de teias que, por seus entrecruzamentos, vão produzindo certas identificações. Os sujeitos constroem identificações e relações ao longo da vida que deixam algo nele, em um processo em constante movimento. Assim, também na perspectiva psicanalítica o *eu* não é inato, ele nasce e se constitui continuamente na relação com o outro.

As identidades que os sujeitos atribuem a si próprios, bem como as representações que fazem de si mesmos e dos outros, são flutuantes e maleáveis; e é neste sentido que, para a psicanálise, não existe ou sequer faz sentido o conceito de “identidade”, tão caro a Elias e tantos outros autores. Uma vez que o eu se forma em um *feixe de identificações*, a partir de um precipitado de investimentos libidinais abandonados, toda noção de identidade corresponde de algum modo a uma fantasia de autoafirmação do sujeito.

E, no entanto, este é um conceito fundamental para o pensamento eliasiano, pois o sociólogo enxerga que o maior dano a que está sujeito o indivíduo nos processos que analisa é fundamentalmente identitário, a perda da sua *inscrição social*, do seu *lugar no mundo* e do sentido da sua existência. É isso o que coloca os sujeitos em uma luta ou tensão inconsciente que o impele a perdurar dentro de determinado lugar identitário.

Assim, na medida em que “eu”, “nós” e “eles” são posições discursivas que alocam os sujeitos em determinadas configurações, o “nós” judaico é reiterado com tal força no contexto examinado aqui, alimentado por um medo aglutinador eternamente presente, que *não*

ser judeu (e, particularmente, ser palestino) possui uma significação identitária muito específica em Israel, tanto do ponto de vista da dinâmica que se estabelece entre os vários grupos sociais quanto da autoimagem que os indivíduos formam de si. Perder essa filiação corresponde, para um membro da comunidade, a uma perda identitária difícil de suportar; e é somente essa dimensão que permite compreender a força com que são lacrados e defendidos os discursos que sustentam determinadas identidades, mesmo quando confrontados com suas contradições mais flagrantes.

Nessa briga de natureza categorial, argumentei que o Exército, com sua onipresença e toda a sua significação discursiva no processo de mobilização do afeto do medo, é um dos principais mediadores a partir dos quais as pessoas se localizam no tecido social. Trata-se de uma instituição particularmente propícia para compreender-se certas dinâmicas próprias das relações entre estabelecidos e *outsiders* que permeiam a Questão Palestina.

Elias ressalta que quanto maior a diferença concreta entre o poder de estabelecidos e *outsiders* em uma dada sociedade, menor será a necessidade, por parte do grupo superior, de reafirmar essa diferença no nível simbólico ou através de um esforço para excluir os *outsiders* de todo o acesso possível a quaisquer fontes de poder. Assim, mudanças de ritmo ou rumo no padrão de comportamento e/ou distinção social, até então vigente em uma sociedade, são índices ou manifestações de transformações qualitativas na estrutura das relações humanas nessa sociedade.

Talvez seja possível considerar, nesta perspectiva, o tratamento dispensado por Israel aos grupos não-judeus (especialmente os palestinos) dentro do Estado como uma tentativa de, uma vez afastado o perigo de uma revolta armada concreta, convertê-los em “classes sociais” inferiores na sociedade israelense, o que é substancialmente diferente da exclusão jurídica a que estão sujeitos hoje. O esforço cada vez maior por parte do Estado para que cristãos e outros grupos palestinos como

os drusos obedeçam à obrigatoriedade do serviço militar, por exemplo, os insere nas já mencionadas dinâmicas sociais aí implicadas, das quais estavam até agora completamente apartados, e os faz absorver o “código dos grupos superiores” de modo a obter vantagens nesta nova configuração.

Revela, além disso, que Israel não teme tanto quanto já temeu armar os palestinos, assim como não teme uma possível união dos grupos palestinos dentro de Israel em torno de uma causa comum³². Inserir-los no Exército é inseri-los no seu código muito específico de distinção, que tem ramificações precisas no lugar e no prestígio social que cabe a cada indivíduo no conjunto da sociedade³³. Servir no exército implica não só a introdução de uma série de valores e normas de comportamento, bem como a inserção do indivíduo em toda uma nova rede de interdependências, nas novas possibilidades de ascensão econômica e social e de ocupar certo lugar, ainda que absolutamente marginal e *outsider*, no interior da sociedade.

O alistamento militar inseriria grupos palestinos em um outro âmbito de competição por posição e prestígio social dentro do Estado de Israel, e implicaria aceitar adentrar um outro jogo, interno às camadas já não completamente excluídas do tecido social, dentro do Estado. Significaria, de certa forma, acatar a lógica de exclusão que mantém do lado de fora aqueles que ainda não participam dessa institui-

³² É importante ressaltar a imensa maioria dos grupos palestinos em Israel permanece excluída da obrigatoriedade do serviço militar e de forma alguma acessa o exército de forma massiva. Falo aqui, acima de tudo, de uma possível *tendência*, delineada a partir da observação do recente aumento da pressão sobre cristãos e drusos para que integrem as FDI.

³³ Em um país onde quase toda a população realiza serviço militar, a primeira informação que consta nos currículos profissionais, por exemplo, é o local e a posição em que a pessoa serviu. A ausência desse dado, portanto, acende já um alerta amarelo na mente de um possível empregador, que não costuma enxergar com bons olhos nem os grupos excluídos de todo do campo militar (como os palestinos muçulmanos) nem os possíveis “desertores” de seu próprio grupo (conhecidos como “*draft dodgers*”).

ção, bem como abraçar as novas possibilidades, ainda que limitadas, que se apresentam ao sujeito por fazer parte dela.

Trata-se, portanto, de um aspecto fundamental dos esforços israelenses para neutralizar uma possível coesão da população palestina de 1948, incorporando determinadas parcelas dessa população a essa sociedade israelense e substituindo uma identificação de caráter nacional, como a palestina, por outra, mais fragmentada, que corresponderia quase que a diferentes categorias dentro do todo da sociedade: os drusos, os cristãos, os beduínos, os muçulmanos etc. Como aponta Elias, estratos absolutamente excluídos de qualquer possibilidade de ascensão social têm muito mais clareza de sua posição e muito mais alto grau de coesão do que grupos sociais “medianos”, aumentando significativamente suas possibilidades de mobilização coletiva em torno de determinadas reivindicações.

O exército é, portanto, um exemplo expressivo do modo como as configurações sociais e as instituições “civilizadas”, segundo Elias, existem para transmitir, mas não apenas aquilo que dizem ou querem transmitir. As instituições trazem em seu bojo, inscritos, certos elementos sintomáticos, restos de um mecanismo de recalque que não se completa. Uma vez que o recalque é um mecanismo de defesa que lança uma parte do conflito que dilacera o sujeito o mais longe possível do psiquismo, as instituições também são receptoras daquilo que não pôde ser elaborado no campo psíquico. Por isso parecem com frequência completamente irracionais, uma vez que acabam promovendo, muitas vezes, o exato oposto do que se propõe.

Quando tomadas a partir de chaves exclusivamente lógico-rationais, torna-se muito difícil compreender a existência de hospitais que produzem doenças e morte, universidades que transmitem ignorância, e um exército para a “defesa” do povo judeu que provoca mais mortes de judeus que qualquer outro lugar ou instituição no mundo. A questão é que tais formações são também fruto de processos inconscientes e paradoxais, uma vez que carregam uma enorme carga do re-

calçado. O recalque de muitos sujeitos que se configuram de determinada maneira produz certas configurações sociais, e o que cabe questionar a partir dessa constatação é o modo como se dá a inscrição particular de um sujeito nesse sintoma social que o constitui, qual é o seu lugar nesse contexto que moldará tanto a sua imagem quanto seu ideal de si.

Nessa perspectiva, nenhuma identidade é ontologicamente determinada, quer dizer, possui um grau de “veracidade” ou “legitimidade” independente do contexto em que está inserida. Identidades se formam e se afirmam em meio às relações de poder e dominação em que estão inseridas. O que quero dizer com isso é que a reivindicação da identidade judaica de “vítimas” históricas não tem o mesmo significado nem a mesma legitimidade em um contexto europeu pós-Holocausto e no escopo da Questão Palestina.

Ou, trocando em miúdos, que a reivindicação dessa identidade pode ter tido, naquele contexto, um sentido libertador legítimo, mas adquire, na Palestina, um caráter opressor e justificador de práticas violentas, discriminatórias e segregacionistas. É isso o que Edward Said quer dizer quando fala da necessidade de se considerar o sionismo “do ponto de vista das suas vítimas”³⁴ (SAID, 2012, P. 63-132), pois é preciso reconhecer que o discurso sionista de emancipação do povo judeu depois dos séculos de opressão sofrida na Europa teve como consequência prática e concreta a produção de novas vítimas, qual seja, os palestinos.

Referências

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

³⁴ SAID, E. **A questão da Palestina**. São Paulo: UNESP, 2012. p. 63-132.

_____. **Os alemães:** a luta pelo poder e a evolução dos hábitos nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREUD, S. **Totem e Tabu.** São Paulo: Companhia das Letras, 1913.

_____. **Psicologia das Massas e Análise do Eu.** São Paulo: Companhia das Letras, 1921.

_____. **O mal-estar na cultura.** Porto Alegre: L&PM, 2010.

ZERTAL, I.; ELDAR, A. **Lords Of The Land:** The War Over Israel's Settlements in the Occupied Territories, 1967-2007. New York: Nation Books, 2009.

PELED-ELHANAN, N. **Palestine in Israeli school books:** ideology and propaganda in education. New York: Tauris Academic Studies, 2012.

PAPPÉ, I. **The ethnic cleansing of Palestine.** Oxford: Oneworld, 2006.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAID, E. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A questão da Palestina.** São Paulo: UNESP, 2012.